

Aspectos linguísticos do dialeto caipira encontrados em manuscritos de Piracicaba do século XIX

Cibélia Renata da Silva Pires*

RESUMO: Este artigo faz parte de uma pesquisa de mestrado em andamento, que tem por objetivo estudar a formação e expansão do dialeto caipira na região de Piracicaba. No presente estudo, foram selecionados alguns aspectos linguísticos descritos por Amaral (1920) como pertencentes ao dialeto caipira para uma posterior comparação com algumas formas linguísticas encontradas em documentos públicos de Piracicaba no século XIX e confirmadas através de gramáticas históricas. Desse modo, procurou-se demonstrar que muitos aspectos linguísticos hoje considerados como sendo erros cometidos por pessoas da zona rural ou com baixa escolaridade, em outros tempos eram formas linguísticas usadas em documentos públicos oficiais e faziam parte da norma padrão da época.

PALAVRAS-CHAVE: Amadeu Amaral; caipira; dialeto; manuscritos; Piracicaba.

1. Introdução

Longe da riqueza e do desenvolvimento dos núcleos açucareiros do Nordeste, os povoados paulistas viviam em condições precárias, pois, não tendo grandes engenhos de açúcar, as famílias viviam em meio à pobreza e sustentados pela caça, pesca e cultivo de espécies vegetais, ou seja, pela economia de subsistência. A tentativa de superação dessas condições centrou-se no aprisionamento e venda dos indígenas das prósperas missões jesuíticas do Paraguai, bem como no saque dessas missões. No entanto, os conflitos, a escravização e a proliferação de doenças

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo – bebelypires@yahoo.com.br .

trazidas pelos colonizadores resultaram num acentuado declínio da população indígena a partir de 1640. Desse modo, a busca por mão-de-obra escrava levava a uma busca em pontos cada vez mais longínquos do território. Essa exploração de novas regiões possibilitou a descoberta de jazidas de ouro, fazendo com que os paulistas se voltassem para a busca do metal precioso, que oferecia a perspectiva de maiores ganhos. Com isso, os chamados bandeirantes tentam conciliar as duas atividades: a caça ao índio e a busca ao ouro. Essas bandeiras, como eram chamadas, aproveitavam-se do rio Tietê para se deslocar para o interior, partindo do local então chamado Araritaguaba (atual Porto Feliz).

Tais bandeiras passaram então a ser conhecidas pelo nome de Monções. Segundo Teyssier (2001, p.87), a palavra monção vem do árabe, *mausim*, que significa “estação do ano”. Na linguagem dos marinheiros é o tempo favorável para a viagem às Índias em razão do vento oeste que então sopra. As Monções paulistas trocaram o vento pelas águas das chuvas: a época das cheias facilitava a navegação para o oeste. Dentre as várias bandeiras que existiram, interessam aqui apenas aquelas que faziam o trajeto entre São Paulo e Mato-Grosso, passando pelo local onde foi fundado o povoado de Piracicaba.

2. A fundação de Piracicaba e a formação de uma cultura caipira

Com a notícia do descobrimento de minas de ouro no Mato Grosso, principalmente em Cuiabá em 1718, muitas pessoas abandonaram casas, mulheres e filhos para irem atrás das promessas de riqueza.¹ A caminho das minas auríferas do oeste, uma série de acontecimentos (dentre eles doenças, mortes, inundações decorrentes de chuvas excessivas seguidas de secas prolongadas) davam fim aos gêneros de subsistência. Acima de tudo isso, os ataques sucessivos dos índios nativos da região (Paiaguás e Guaicurus), que não queriam a entrada do branco invasor acabavam por dificultar a exploração do ouro nas minas do oeste. Por essa razão, entre 1721 e 1725, sob as ordens do governador Rodrigo César de Menezes, Luís Pedroso de Barros, com o intuito de chegar a Cuiabá e facilitar as expedições que deveriam ir por terra em direção às minas, abriu um picadão cruzando o rio Capivari, o Piracicaba e os Campos de Araraquara e para isso aproveitou uma antiga trilha de índios (já

¹ Segundo Mello & Souza (2004, p.96): “[...] a mineração se estabeleceu sob o signo da pobreza e da conturbação social, marcando-a sobretudo o enorme afluxo de gente que acudiu ao apelo do ouro e cuja composição social se apresentava bastante heterogênea [...]”.

indicada em um documento de 1650) e conhecida como “a estrada velha do sertão dos Bilreiros”. Outros sertanistas abriram estradas seguindo pela margem esquerda do rio Tietê. De acordo com Neme (1974, p.7):

Foi, aliás, aproveitando essa antiga trilha de índios, depois transformada em trilha de brancos, que em 1723 se intentou abrir estrada de gado e cavalgadas desde São Paulo até a zona de mineração de Cuiabá – cruzando a paragem de Capivari, o rio Piracicaba e os Campos de Araraquara.

Nas imediações da estrada que cortava o rio Piracicaba, começaram a se estabelecer pessoas, surgindo então o povoamento de Piracicaba. Assim sendo, foi determinado o estabelecimento de uma espécie de arraial permanente na barra do rio Piracicaba. O surto de mineração em lugares como Goiás e Cuiabá provocou o surgimento de núcleos de povoamento ao longo dos caminhos que levavam às ditas minas, principalmente naqueles locais em que as tropas teriam que forçosamente parar. Muitos dos que compunham as tropas de combatente se fixaram nas terras antes ocupadas por índios e lá desenvolveram outras atividades como mineradores, negociantes, artífices, sítiantes, camaradas e criadores de gado. Esse fato favoreceu o processo de colonização dessas regiões ribeirinhas e o aumento de atividades nas zonas de mineração no oeste paulista.

Mais tarde, quando D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão (1765), o Morgado de Mateus, foi nomeado governador, ele recebeu ordens expressas vindas de Portugal para que fossem criadas povoações civis nas partes vazias dos territórios paulistas e expansões de terras rumo ao sul e ao oeste. Segundo Bellotto (1979, p.62), a formação militar de Morgado de Mateus, sua posição social elevada vinculada ao “espírito do seu tempo”, além de ser um conhecedor dos problemas econômicos que afetavam Portugal, conduziram-no a uma determinada maneira de agir e buscar soluções válidas para São Paulo.

Assim, Morgado de Mateus, já tendo conhecimento de roteiros de antigos sertanistas e indicações sobre os antigos caminhos percorridos por esses aventureiros, mandou reabrir a estrada de São Paulo até Cuiabá passando por Piracicaba e Campos de Araraquara, estabeleceu fortalezas e povoações e ainda projetou fundar a colônia militar de Iguatemi com o objetivo de estabelecer a posse definitiva das terras pela Coroa portuguesa e evitar o domínio espanhol em Cuiabá e Mato Grosso. Sobre isso afirma Neme (1974, p.40):

Em consulta a velhos e experimentados sertanistas de São Paulo, a relatos, informes, mapas e roteiros antigos, pôde o Morgado de Mateus formar “grandes projetos” de sondagens do terreno, aliciamento de nações indígenas e

estabelecimento de fortalezas, praças militares e povoações civis com o fim de sustentar a posse portuguesa nas zonas litigiosas. A fundação da colônia militar de Iguatemi, na área do Vacaria do Mato Grosso, foi uma das primeiras medidas que tomou na execução desses projetos, tendo escrito a propósito que aquela praça constituiria “uma chave que fecha o Cuiabá e Mato Grosso”, porque “nunca poderão [os espanhóis] lá mover a guerra que por ali não se divirta”.

Ao mesmo tempo em que tinha preocupações com a fundação da colônia militar de Iguatemi, D. Luiz Antônio não perdeu de vista o cumprimento das ordens régias no tocante à criação de vilas e povoados. Convicto da estratégica posição militar que gozaria a colônia de Iguatemi, o Morgado de Mateus viu na criação de povoações nas margens do rio Tietê a possibilidade de facilitar o abastecimento de víveres e munições a tropas que seguiriam rumo à colônia de Iguatemi, bem como a prestação de socorros para as frotas fluviais que viajavam em direção às minas do oeste. Assim coloca Bellotto (1979, p.142) sobre as expedições rumo a Iguatemi e sua relação com a fundação de Piracicaba:

Imediatamente depois da partida de uma expedição passava-se a providenciar outra. Fossem canoas e instrumental de navegação, fosse armamento, fosse material humano, eram recrutados sucessivamente todos os mananciais que a Capitania pudesse oferecer. [...] A estas atividades, estava intimamente ligada a fundação de Piracicaba, grande fornecedora de canoas e, posteriormente, de gente para povoar as margens do Tietê, em seu curso até o Paraná [...].

Pensando nisso, Morgado de Mateus nomeia, em 24 de julho de 1766, Antônio Correa Barbosa para o cargo de Diretor e Povoador de Piracicaba. Segundo Neme (1943, p.41), Antônio Corrêa Barbosa recebe ordens expressas de “tratar os moradores antigos e os que se estabelecessem de novo com toda a suavidade e sem vexação”. É importante perceber aqui que Morgado de Mateus nunca ignorou a existência de antigos posseiros na região, mesmo depois de ter sido fechada a estrada por Rodrigo César de Menezes. Conforme conclui Bellotto (1979, p.192):

[...] Naturalmente, D. Luis Antonio estava associando esta povoação [Piracicaba] à sua empresa do Iguatemi. O fornecimento de víveres e, no caso de Piracicaba, o de canoas, era fundamental para a organização das expedições [...].

Pode-se dizer que essa população formada durante a exploração do ouro em Cuiabá, a partir de um núcleo de roceiros estabelecidos de longa data, teve a exploração agrícola como principal fonte de riqueza desde os primeiros tempos até parte do século XIX. Viviam da caça, pesca e roça,

produzindo o suficiente para o sustento próprio. O único meio de um comércio era com as bandas do sertão adentro através de produtos de suas lavouras e de uma incipiente produção de canoas, não contando com nenhuma outra fonte de riqueza além dos recursos naturais. Foi assim formado, segundo Candido (1988, p.79), um “lençol de cultura caipira” com características próprias e apoiados numa agricultura de subsistência e apoio vicinal.

Desde o início de sua colonização, Piracicaba manteve sua economia em torno de uma tímida agricultura de subsistência que reinou absoluta até a segunda metade do século XIX, quando enfim começa o crescimento da produção açucareira na região. Até lá, podemos dizer que Piracicaba permaneceu, durante muito tempo de sua história, em um sistema econômico nitidamente rural, mal saído do sistema de troca, dependendo ainda de normas de um governo recém-instalado e não apenas de seus próprios recursos. O modo de vida de seus habitantes ainda era bastante primitivo, baseando-se na subsistência e em formas de defesa e sobrevivência. Deste modo, esta população remanescente do ciclo do ouro que vivia de uma agricultura de subsistência, itinerante, baseada em mínimos vitais, organizando-se em agrupamentos chamados bairros rurais, passou a ser chamada de caipira.

3. Amadeu Amaral e o dialeto caipira

No início do século XX, Amaral (1920) começa os seus estudos de descrição lingüística da fala interiorana paulista. Seu trabalho, embora carente de uma metodologia, foi pioneiro nesse sentido. Baseando-se na observação direta à área pesquisada, Amaral se propôs a descrever essa variedade dialetal rural falada por pessoas que viviam em regiões do interior de São Paulo.

Embora Cox (2005, p.104) tenha colocado Piracicaba como sendo “o berço do dialeto caipira.”, não podemos concordar com esta afirmação, pois estudos recentes (Almeida, 2000; Megale, 2000; Candido, 1998, entre outros) já demonstraram que em regiões mais antigas que Piracicaba já eram propícias à formação de um dialeto caipira.

Por outro lado, não podemos deixar de reconhecer que em Piracicaba, assim como outras cidades fundadas em razão da rota monçoeira, tenha se formado esse chamado dialeto caipira. Até porque, segundo Duarte (1982, p.26), o próprio Amaral (1920) teria realizado suas pesquisas sobre o dialeto caipira não apenas na zona de Capivari como também em Piracicaba, Tietê, Itu, Sorocaba e São Carlos. Além disso, cerca de cinquenta anos após o estudo feito por Amaral, retomando essa linha de investigação, Rodrigues (1974) realizou o estudo intitulado *O dialeto caipira na região de Piracicaba*, procurando,

através de entrevistas realizadas com moradores da zona rural de Piracicaba, comprovar a vitalidade do dialeto caipira nessa região.

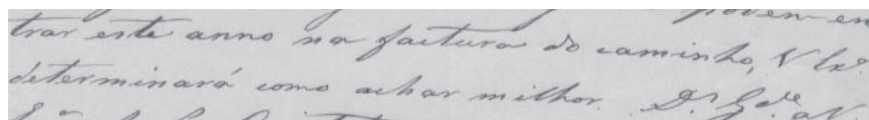
De acordo com Rodrigues (1974, p. 22), a escolha da região se deu em razão de Piracicaba ser “considerada uma região onde o dialeto caipira, mesma na área urbana, teria grande vigor” e por estar dentro da chamada “zona velha” de povoação, numa área em que os paulistas teriam se fixado após o ciclo bandeirante. Desse modo, supõe-se que esses bandeirantes, em seu projeto de expansão rumo aos sertões auríferos teriam difundido uma variante lingüística, cujos traços ainda podem ser encontrados em certas localidades do interior paulista. Assim, acreditamos que os bandeirantes, em seu projeto de expansão rumo aos sertões auríferos, difundiram uma variante lingüística cujos traços ainda podem ser encontrados em certas localidades do interior paulista, como no caso aqui apresentado de Piracicaba.

Como não dispomos de registros de fala do período das monções, foram coletados alguns documentos de Piracicaba datados do século XIX para serem confrontados com os traços reputados por Amaral (1920) como sendo pertencentes ao dialeto caipira. Com isso, pretendemos demonstrar que muitos aspectos lingüísticos hoje considerados meros erros cometidos pelo homem do campo, em épocas anteriores eram considerados parte da norma padrão.

4. O Confronto: oralidade x língua escrita

1. Nas sílabas pré-tônicas, de acordo com Amaral (1920, p.23), ocorrem as seguintes mudanças:

- 1.1. **Fechamento do e em i** : e medial muda-se em i, principalmente se há outro i na sílaba seguinte, como em : *pirigo, minino, intiligente, pidi(r), piqueno, tisôra*. Além do dialeto caipira paulista, o e átono pretônico sôa como i na pronúncia geral do dialeto matuto nordestino como Marroquim (1934, p.47) coloca em seus exemplos: *milhor, pidir, piqueno*.

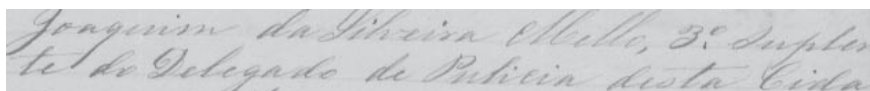


Fragmento 1: Parecer 15 de fevereiro de 1843)

“[...] trar este anno na factura do caminho, Vossa Excellencia
determinará como achar **milhor**. Deus Guarde a Vossa [...]”

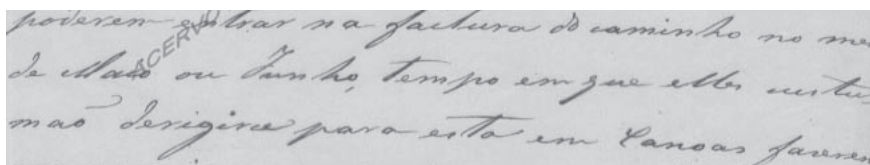
Apesar de Barbosa (1822, p. 51) ter caracterizado esse fenômeno linguístico como um “vício de pronúncia” típico da pronúncia de brasileiros e algarvios, observando um pequeno trecho do “Episodio cavalleiresco”, escrito no século XIV, podemos notar a ocorrência do mesmo fenômeno linguístico: “[...] – Ora, fazede o *milhor* que poderdes, ca iamaiz não seyderdes d’aqui se não mortos! [...]” (Apud. Vasconcelos. *Textos arcaicos*, 1922, p. 44). Além disso, na própria “Gramática da língua portuguesa” de João de Barros é possível perceber o registro desta forma, como: “milhor” (Barros, 1540, p. 4) e “lin-tilhas” (Barros, 1540, p. 11).

2. **Fechamento do o em u:** Conforme observou Amaral (1920:24), o medial muda-se em u: *cuzinha*, *dumingo*, principalmente nos infinitivos dos verbos em ir, que o têm na sílaba imediatamente anterior à tônica, como em *tussi* (r), *surti* (r), *inguli* (r). Contudo, nos infinitivos dos verbos em ar/ er o o conserva-se da mesma forma como em *cobrá* (r), *sofrê* (r).



Fragmento 2: Requerimento (22 de agosto de 1868)

“[...] Joaquim da Silveira Mello, 3º Suplen-
te do Delegado de **Pulicia** desta Cida [...]”

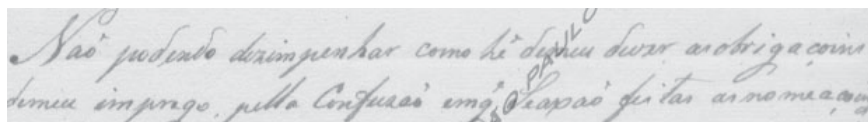


Fragmento 3: Parecer (15 de fevereiro de 1843)

“[...] poderem entrar na factura do caminho no mês
de Maio ou Junho, tempo em que elles **custu**
maõ derigirce para esta em canoas faserem [...]”

Do mesmo modo, podemos observar o mesmo fechamento de **o** em **u** no trecho extraído do texto “Da Corte Imperial,”, escrito no século XIV ou XV:”(...)Este glorioso barom auja espartidura em a cabeça, asy como aujam em *custume* os Nazareus que antre os Judeus eram os mais santus. (...)” (Apud. Vasconcelos, *Textos arcaicos*, 1922, pag. 61)

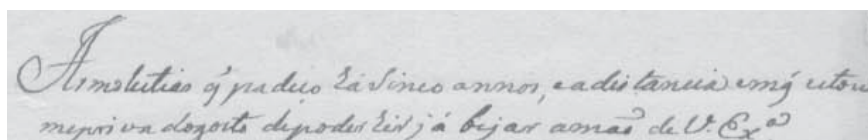
3. **Eⁿ (em, em)**, quando em posição inicial, transforma-se em **in** como em : *imprego*, *encurta* (*r*), *imborná* (*l*).



Fragmento 4: Requerimento (7 de junho de 1829)

“[...] Naõ podendo dezimpenhar como hê de meu dever as obrigaçoins demeu **imprego**, pella Confuzaõ emque seaxaõ feitas as nomeaçõins [...]”

4. **Redução de ditongo: ei** (dit.)- Segundo Amaral (1920, p.25), reduz-se a **ê** principalmente quando seguido de **r**, **x** ou **j**: *isquêro*, *pêxe*, *cbêro*, *bêjo*, *quêjo*, *arquêre*, *cadêa*, *lavôra*. De acordo com Mendonça (1936, p.88), essa redução surgiu na língua popular do Brasil por influência africana. Tal redução teria se operado da mesma maneira entre os dialetos crioulos do português na África.



Fragmento 5: Atestado (16 de abril de 1819)

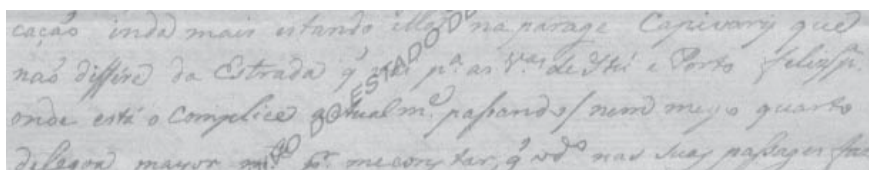
“As molestias *que* padeço há sinco annos, e a distancia emque estou mepriva dogosto depoder hir já **bejar** amão de Vossa Excelencia.”

Marroquim (1934, p.64) reconhece esse mesmo fenômeno como pertencente ao dialeto matuto do Nordeste, estando presente mesmo entre as pessoas cultas. Além disso, recuando no tempo é possível encontrar registros desta forma como demonstra o trecho de “Lusíadas”, I – XLII:

“E o sol ardente
Queimava então os deuses que Tifeo
Com temor grande em *pêxes* converteu”
(*apud* Marroquim, *A língua do nordeste*, 1934, p.64)

Conforme relata Nunes (1989, p.80), a redução do ditongo **ei** para **ê** é um fenômeno lingüístico que ainda ocorre nas falas populares de parte da província de Trás-os-Montes, quase toda a Beira e regiões do Sul, com exceção de Lisboa.

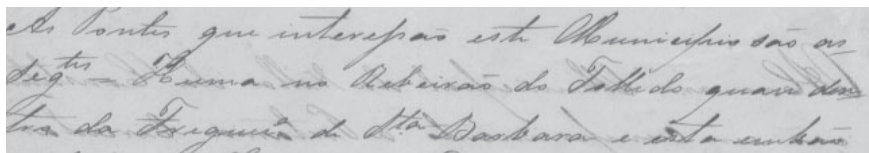
5. **Desnasalização: eiⁿ** (em) – final de vocábulo reduz-se a **e** grave, como em *virge*, *home*, *viage*. Esse processo de desnasalização foi apontado também por Marroquim (1934, p.42) como presente no dialeto matuto do nordeste como nos exemplos dados por ele em : homem > home; imagem > image; viagem > viage; vagem > vage e ontem > onte. Esse processo ocorre também no documento abaixo:



Fragmento 6: Parecer (20 de janeiro de 1807)

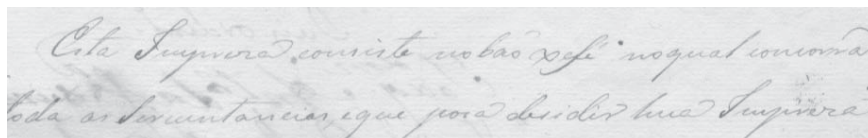
“[...] cação inda mais estando ella na **parage** Capivary que não differe da Estrada *que* vai *para* as Villas de Itú e Porto feliz *para* onde está o Complice actualmente passando nem meyo quarto delegoa mayor *muito por* me contar, quando nas suas **passages** faz [...]”

6. De acordo com Amaral (1920, p.26), nas palavras bom, tom e som existe o ditongo nasal **õu** (bõu, tõu, sõu) que se transforma em **ão**, ficando *bão*, *tão*, *são*. Esse fenômeno foi observado nos documentos:



Fragmento 7: Relatório (25 de janeiro de 1854)

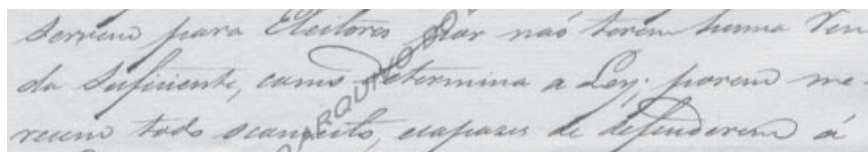
“As Pontes que interessão este Municipio são as seguintes – Huma no Ribeirão do Tolledo quasi dentro da Freguesia de Santa Barbara e esta em **baõ** [...]”



Fragmento 8: Auto (26 de agosto de 1826)

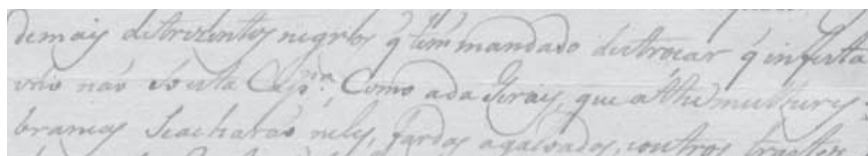
“Esta Impreza consiste no **baõ** Xefe no qual concorra toda as sircuntancias, e que para desidir hua Impreza [...]”

7. A letra **D** cai com freqüência na sílaba final das formas verbais do gerúndio: *ando, endo, indo*. Por exemplo: andando > andano; vendo > veno; caindo > caino.



Fragmento 9: Parecer (25 de julho de 1831)

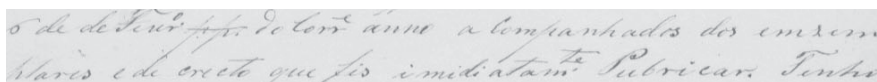
“[...] Servem para Eleitores por não terem huma renda Suficiente, como determna a Ley; porem **me receno** todo o conceito, e capazes de defenderem á [...]”



Fragmento 10: Relatório (5 de março de 1804)

“[...] demais detrezentos negros *que* tem mandado destroçar *que* **infesta no** não só esta Capitania, Como adas Gerais, que athe mulheres brancas seacharaõ neles, fardas agaloadas, eoutros trastez [...]”

8. **A troca de L por R:** *L*, “quando subjuntivo de um grupo”, transforma-se em *r*: *craro*, *cumpreto*, *cramô* (*r*), *frô* (*r*). Esse tipo de realização foi encontrada no documento abaixo:



Fragmento 11: Relatório (7 de março de 1841)

“[...] 6 de Fevereiro proximo passado do Corrente anno a companhados dos enxem plares e de crecto que fis imidiatamte **Pubricar**. Tenho [...]”

Segundo Amaral (1920, p.28), essa substituição de **l** por **r**, nesse contexto, é considerada um “vício de pronúncia” do falar paulista que ocorre mesmo em grupos de pessoas de posição social mais elevada. Por outro lado, Marroquim (1934, p. 31-32) afirma que a passagem de **l** a **r** começou na formação do português como, por exemplo, *platu* (*m*) > *prato*; *clavum* > *cravo*, e esse mesmo fenômeno pode ser encontrado no português arcaico como *prantar*, *esprandecente* e *craro*.

Conforme observa Ali (1931, p.34), é freqüente a substituição de **l** por **r** em palavras com grupos consonantais latinos que cedo se introduziram na língua portuguesa. Deste modo, as palavras formadas por grupos consonantais latinos *cl*, *fl*, *pl*, *bl* e *gl* transformaram-se em *cr*, *fr*, *pr*, *br* e *gr* respectivamente. Em alguns casos essa alteração se tornou definitiva como nobre “nob(i)le” e regra “reg(u)la”, mas, em outros casos, não passou de um “fenômeno temporário” que durou apenas um determinado período e depois desapareceu. Na obra de alguns autores como Fernão Lopes, Sá de Miranda, Heitor Pinto e até mesmo Camões, prevaleceram as duas formas como *ingles*/ *ingres* e *planta* / *pranta*.

5. Palavras finais: vencendo o preconceito....

O dialeto caipira, que foi constituído a partir da chamada língua geral, é a fala de uma população interiorana que durante muito tempo se manteve isolada dos contatos com os centros urbanos. Por ser esse dialeto falado por pessoas com pouca ou nenhuma escolaridade, ele tem sido amplamente estigmatizado.

O português rural ou dialeto caipira (como é mais conhecido) é uma variedade que está à margem do processo empregado na constituição da norma culta padrão atual, ou seja, é basicamente de cunho oral, colocando-se a distância da rigidez do código escrito, e, por esse motivo, tem sido considerada uma variedade de menor prestígio social, sendo utilizada por estratos sociais menos privilegiados. Os falantes deste dialeto caipira sofrem uma discriminação social sempre crescente, típicas das sociedades hierarquizadas e como consequência disto, perdem a voz e a identidade social. Constantemente, o dialeto caipira tem sido alvo de correções por parte dos defensores de uma chamada norma padrão e, conseqüentemente, os falantes dessa variedade lingüística são vistos como pessoas totalmente ignorantes, cuja maneira de falar está eivada de erros e de formações lingüísticas. No entanto, segundo Candido (2004, p.269):

[...] a cultura do caipira não é nem nunca foi um reino separado, uma espécie de cultura primitiva independente como a dos índios. Ela representa a adaptação do colonizador ao Brasil e portanto veio na maior parte de fora, sendo sob diversos aspectos sobrevivência do modo de ser, pensar e agir do português antigo. Quando um caipira diz “pregunta”, “mo’que”, “despois”, “vassuncê”, “tchão” (chão), “dgente” (gente), não está estragando por ignorância a língua portuguesa; mas apenas conservando antigos modos de falar que se transformaram na mãe-pátria e aqui. Até o famoso *erre retroflexo*, o erre de *Itur* ou de *Tietêr*, que se pensou devido à influência do índio, viu-se depois que pode bem ter vindo de certas regiões de Portugal [...].

De acordo com o resultado dessa pesquisa, levantando características lingüísticas de manuscritos de Piracicaba no século XIX e tomando como base o estudo de Amaral (1920), além de gramáticas históricas de Ali (1931) e Nunes (1989), podemos concluir que no dialeto caipira é possível encontrar palavras e estruturas lingüísticas que eram empregadas em textos escritos antigos e que, apesar de serem consideradas “erradas” pela norma padrão atual, em épocas passadas eram as únicas formas consideradas “corretas”, usadas tanto pela elite letrada que escrevia documentos públicos no século XIX, quanto na literatura quincentista.

Bibliografia

- ALI, M. de S. (1931) *Gramática histórica da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos.
- AMARAL, A. (1920) *O dialecto caipira*. São Paulo: Casa editora “O Livro”.
- BARBOSA, J. S. (1822) *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios de grammatica geral applicados à nossa linguagem*. Lisboa: Academia Real das Sciencias.
- BARROS, J. de (1540) *Grammatica da lingua portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.

- BELLOTO, H. L. (1979) *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo de Morgado de Mateus em São Paulo*. São Paulo: Conselho Nacional de Artes e Ciências Humanas.
- CANDIDO, A. (1998) *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 8. ed. São Paulo: Duas Cidades.
- _____. (2004) Caipiradas. In: CANDIDO, A. *Recortes*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Ouro sobre Azul.
- CESCHIN, O. H. L. (1999) A respeito de Amadeu Amaral e d'O dialeto caipira. *Revista Língua e Literatura*, 25, p. 41-80.
- COX, M. I. P. (2005) O rotacismo no falar cuiabano: a potência da voz mameluca em uma variedade do português brasileiro. In: SANTIAGO ALMEIDA, M. M.; COX, M. I. P. (orgs.). *Vozes cuiabanas: estudos lingüísticos em Mato Grosso*. Cuiabá: Cathedral Publicações.
- DUARTE, P. (1982) Dialeto caipira e língua brasileira. In: AMARAL, A. *O dialeto caipira: gramática e vocabulário*. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL.
- FONSECA, M. C. de A. P. (2005) *A escrita oficial: manuscritos paraibanos dos séculos XVIII e XIX*. Recife: Programa de Pós-graduação em Letras da UFPE.
- FRANCO, M. S. C. (1990) Antonio Candido revela o universo do caipira. *Folha de S. Paulo*, F-6 Letras.
- HOLLANDA, S. B. de (1976) *Monções*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega.
- JACKSON, L. C. (2001) O Caipira no fluxo da história. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais! p. 14-17.
- MARROQUIM, M. (1934) *A língua do nordeste*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- MATTOS & SILVA, R. V. (2004) *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- MEGALE, H. (org.) (2000) *Filologia bandeirante*. São Paulo: Humanitas.
- MELLO & SOUZA, L. de (2004) *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira do século XVIII*. 4.ed. Rio de Janeiro: Graal.
- MENDONÇA, R. (1973) *A influência africana no português do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (1936) *O português do Brasil: origens-evolução-tendências*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- NEME, M. (1943) *História da fundação de Piracicaba*. João Mendes Fonseca Editor.
- _____. (1974) *A história da fundação de Piracicaba*. 2. ed. Piracicaba: IHGP.
- NUNES, J. J. (1989) *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. 9. ed. Lisboa: Livraria Clássica.
- PENHA, J. A. P. (1997) *Português rural de Minas numa visão tridimensional: na fala, nos textos regionais, nos escritores antigos*. Franca: Unesp.
- RODRIGUES, A. N. (1974) *O dialeto caipira na região de Piracicaba*. São Paulo: Ática.
- SANTIAGO-ALMEIDA, M. M. (2000) *Aspectos fonológicos do português falado na Baixada Cuiabana: traços de língua antiga preservados no Brasil*. São Paulo. Tese (Doutoramento) – Universidade de São Paulo.
- TEYSSIER, P. (2001) *História da Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes.
- TORRES, M. C. T. M. (2003) *Piracicaba no século XIX*. Piracicaba/ SP: IHGP/ Editora Degaspari.
- VASCONCELLOS, J. L. de (1922) *Textos arcaicos*. 3. ed. Lisboa: Livraria Clássica.

Fontes manuscritas consultadas:

Documentos de Piracicaba no século XIX pertencentes ao acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Localização: caixa 373, doc 19 / caixa 377, P 6, doc 81 / caixa 375, P 1, doc. 49 / caixa 373, doc 19 / caixa 372, doc 22 / caixa 371, doc 21 / caixa 371, doc 5 / caixa 54, doc 94 / caixa 54, doc 20 / 54-1-17/ caixa 373, doc 96.

ABSTRACT: This article is part of a master's degree research in process that aims to study the formation and expansion of the caipira dialect in the area of Piracicaba. In the present study, some linguistic aspects described by Amaral (1920) as belonging to the *caipira* dialect were selected for a subsequent comparison with some linguistic forms found in public documents of Piracicaba in the century XIX and confirmed through historical grammars. This way, we attempt to demonstrate that many linguistic aspects today considered as being mistakes committed by people of the rural area or with low education, were in other times linguistic forms used in official public documents and it was part of the norm standard of the time.

KEYWORDS: Amadeu Amaral; caipira; dialeto; manuscritos; Piracicaba.